

EQUIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUEER

Thaynara Oliveira da Silva; Pedro Paulo Souza Rios; André Ricardo Lucas Vieira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: inara.18@hotmail.com; Universidade Federal de Sergipe – UFS, e-mail: peudesouza@yahoo.com.br; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: sistlin@uol.com.br

Resumo: O presente estudo buscou analisar as relações de equidade e diversidade de gênero, presentes na instituição escolar, considerando que as mesmas constituem os sujeitos e suas relações subjetivas e sociais. Dessa maneira, entendemos que faz-se necessário abordar a temática na escola, visando uma educação pautada no respeito à diferença, concebendo sujeitos mais equitativos, princípios previstos constitucionalmente. Nesse sentido, a discussão discorrerá sobre os conceitos de gênero e sexualidade, adentrando no espaço escolar, percebendo o mesmo como formador de subjetividades. O estudo teve como *locus* um Colégio Público Estadual, no Território Baiano de Identidade Norte do Itapicuru, e teve como sujeitos estudantes do ensino médio. Nosso objetivo é analisar como a escola trabalha as questões de equidade e diversidade de gênero a partir do currículo; e quais as subjetivações de gênero que estão presentes no espaço escolar. Com abordagem qualitativa fenomenológica, foi utilizado o método da triangulação de dados, a partir do questionário de múltipla escolha, oficinas e entrevistas semiestruturadas. Foi possível evidenciar que a escola é atravessada pelas relações de gênero. Destaca-se ainda a importância de tal pesquisa no âmbito educacional, ressaltando a necessidade de enfrentamento ao respeito à diversidade vir se tornando mais imediato e diário.

Palavras-chave: Equidade, Diversidade de Gênero, Educação, Currículo.

INTRODUÇÃO: GÊNERO, UMA CATEGORIA EVIDENCIADA

O final do século XX e início do século XXI foram profundamente marcados por lutas em defesa dos direitos humanos, merecendo destaque a luta das mulheres, pela equidade de gênero, pela igualdade étnico-racial e pelo respeito à diversidade sexual. Contudo, a crescente onda de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. Vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis pautados na heteronormatividade, oriundos do pensamento moderno a partir das relações de poder estabelecidas de maneira dicotômica: homem/mulher, brancos/negros, hetero/homo, presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia (LOURO, 2014).

Desde 2014 a temática gênero tem despontado dentre os assuntos mais discutidos no Brasil (RIOS, 2016). O assunto tem causado grande repercussão nacional, desde que alguns líderes partidários cristãos católicos/evangélicos têm buscado silenciar a discussão, forçando arbitrariamente a retirada de conteúdos relacionados à equidade de gênero da matriz curricular da educação básica.

Nesse sentido, Louro (2014) chama a atenção acerca da importância de se olhar de maneira especial para a escola, não somente devido à discussão dessa temática, mas porque, a escola nas sociedades urbanas veio conquistando espaço, sendo alvo de atenção dos religiosos, do Estado e das famílias, justamente por se entender que essa instituição é necessária para formação de meninos e meninas.

Dessa maneira, o presente trabalho pretende refletir acerca das relações de gênero e educação ao longo do processo histórico, ao tempo em que visa abordar elementos conceituais contemporâneos, levando em consideração leis e parâmetros definidos para educação básica, a saber, a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S, que trazem como tema transversal, orientação sexual, buscando perceber como a escola tem trabalhado as questões relacionadas à orientação sexual e de gênero.

Para tal compreensão suscitamos algumas inquietações epistemológicas: de que maneira a discussão acerca das temáticas equidade e diversidade de gênero, orientação sexual adentram a escola? Quais são subjetivações de gênero presentes no espaço escolar? O currículo escolar consegue atender às questões contemporâneas?

1 GÊNERO, UM CONCEITO METAMÓRFICO

Poderíamos dizer que gênero é um conceito metamórfico, dada a sua mobilidade e capacidade de reinvenção constante. Enquanto conceito ele não é estático em si mesmo, ao contrário é fluído. Assim, não encontramos em dicionários uma definição que dê conta de abarcar tal conceito.

Contudo, ao ser abordado numa perspectiva conceitual faz-se necessário leva-lo em consideração enquanto constituinte dos sujeitos, das relações de poder, das construções sociais que tentam adequar, ajustar e normatizar o sexo, os corpos e as subjetivações dos sujeitos tendo por parâmetro um modelo único, não considerando as diferenças étnicas, culturais, de classe, sexo, geração e religiosa.

Com o intuito de compreender o conceito em sua dinamicidade faremos um apanhado histórico a partir da teoria de Beauvior (1949), Scoot (1988), Saffioti (1994), até as mais contemporâneas como Louro (2007) e Butler (2007), por considerar que suas teorias dão conta de responder às indagações epistemológicas aqui suscitadas.

Para Rios (2016), todas estas teorias transitam por uma perspectiva fenomenológica. Contudo, Scoot (1998) e Louro (2007) inauguram uma nova perspectiva nos estudos de gênero a partir do pós-estruturalismo, notando-se uma intersecção entre as teorias, tendo em vista que as mesmas se completam, rejeitando o determinismo biológico para justificar as distinções presentes entre os sexos que são tão reforçadas pelas instituições formadoras dos sujeitos, como a família e a escola.

Butler (2010) ainda vem nos dizer que a instabilidade do gênero, é um processo que não tem nem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos” e não algo que “somos”. Como a sexualidade é fator intrínseco à subjetividade, o que denota a aparência de estabilidade e naturalidade da norma binária de heterossexualidade são os modos pelos quais os fatos naturais corpóreos adquirem significado cultural por meio do gênero (BUTLER, 2010).

Nessa perspectiva, a categoria gênero visa desnaturalizar e historicizar as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres, onde são considerados fatores provenientes meramente apenas biológicos, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Portanto, gênero deve ser analisado e compreendido de forma mais ampla, englobando não apenas o sexo feminino, ao contrário busca estabelecer a relação dialética entre masculino e feminino como conceito e categoria histórica. Ao fazer isso o que se pretende é sair do discurso de via única, que anterior a essa concepção, tinha como objeto de estudo apenas as questões relacionadas às mulheres e a feminilidade, se fechando nela mesma, não tratando da dialógica existente entre os dois gêneros.

2. EQUIDADE, DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Louro (2014) não há como pensar a educação dissociando-a da discussão de gênero e sexualidade, considerando que em muitos casos é nesse período que os/as adolescentes irão passar pelas primeiras transformações no corpo e, conseqüentemente farão as primeiras descobertas relacionadas à sexualidade.

As relações de poder estão presentes nos mais distintos espaços, o que (LOURO,

2014) chama atenção, colocando as relações sociais como relações de poder, sendo necessário refletir sobre a inserção dos sujeitos neste processo, e o mesmo como constituinte das identidades.

De acordo com Rios (2016) a escola é a instituição onde se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade, exercitando dessa forma uma pedagogia da sexualidade e do gênero, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou formas de viver sua sexualidade e seu gênero.

2.1 Abordagens de gênero e diversidade na escola: orientações dos PCN's

A partir dos critérios descritos nos PCN's, os conteúdos foram organizados em três blocos ou eixos norteadores: 1) Corpo: matriz da sexualidade; 2) Relações de Gênero; 3) Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids.

No primeiro eixo Corpo: matriz da sexualidade atenta-se para a percepção do que é o corpo, biologicamente falando, percebendo a sexualidade como constituinte deste corpo, para além dele percebendo também o psicológico e social que constituem outras partes deste corpo, como fica explícito nos PCN's, para a compreensão da abordagem proposta no trabalho de orientação sexual, deve-se ter em mente a distinção entre os conceitos de organismo e corpo. Há que considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (BRASIL 1998, p. 33).

No segundo eixo, Relações de gênero, os PCN's descrevem que:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social (BRASIL, 1998, p.37).

Nesse mesmo sentido Louro (2014), ressalta que para se entender as relações de gênero devemos observar as construções sociais presente na sociedade em torno dos sexos.

O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero (BRASIL, 1998, p.38).

Sendo indispensável o posicionamento do/a educador/a para tais questões buscando sempre atender-se para os discursos da promoção da equidade, de respeito à diversidade, preocupando-se com a formação de identidades plurais e múltiplas, respeitando as diversidades étnicas, sócias, sexuais, de gênero, religiosa.

O terceiro eixo, que trata da Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids os PCN's, de uma maneira geral, reforça que o trabalho de Orientação Sexual visa a desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida; sendo este de natureza do ser, desconstruindo percepções equivocadas sobre a temática, ajudando os sujeitos a se perceberem de forma natural neste processo de desenvolvimento, de maneira responsável e segura.

Ao trabalhar com a prevenção da Aids, são conteúdos indispensáveis as informações atualizadas sobre as vias de transmissão do vírus HIV (fluidos sexuais, sangue e leite materno contaminados), o histórico da doença, a distinção entre portador do vírus e doente de Aids e o tratamento. Os professores precisam incentivar os alunos na adoção de condutas preventivas (usar camisinha, calçar luvas ao lidar com sangue) e promover o debate sobre os obstáculos que dificultam a prevenção. A promoção da saúde e o respeito ao outro vinculam-se à valorização da vida como conteúdos importantes a serem trabalhados. Esses conteúdos devem propiciar atitudes responsáveis (tanto individual quanto coletivamente) diante da epidemia, solidárias e não discriminatórias em relação aos soropositivos, enfatizando o convívio social (BRASIL, 1998, p.42).

Todas essas questões permitem a constituição de identidades que respeitem as diferenças, conforme falado anteriormente. Contudo, é importante salientar que a educação se constitui, por sua natureza, enquanto evolui na construção de uma sociedade mais tolerante, com mais equidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam como se trabalhar tais questões de acordo com a faixa etária dos estudantes, como sendo norteador para a instituição escolar e para o/a educador/a, possibilitando melhores ações pedagógicas, visando à construção de identidades menos oprimidas socialmente.

3. METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

O presente estudo buscou compreender as relações de gênero dentro do espaço escolar, entendendo essas relações como constituintes dos sujeitos, atravessando as mais diversas instâncias e instituições da sociedade, baseando-se nos pensamentos teóricos de

Louro (2014), a escola é atravessada pelos gêneros. Nesse sentido, torna-se necessário compreender os gêneros existentes na escola, se estes gêneros são abordados por parte da escola e que sentido de gênero a escola aborda.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. De acordo com Marconi e Lakatos (2004) a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento.

Destacando ainda que tais questões devem levar em consideração a subjetividade dos sujeitos, indagando que além de qualitativa também é fenomenológica (André, 1995).

Assim, uma pesquisa qualitativa fenomenológica, irá basear-se no sentido dado pelos sujeitos aos acontecimentos e interações sociais tendo em vista a complexidade do comportamento humano.

Para a análise de dados, foi utilizada a triangulação, permitindo olhar para a questão da pesquisa a partir de diversos ângulos, ou seja, de mais de uma fonte de dados. Segundo Triviños (1987, p.138) “A técnica de triangulação de dados tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudos”.

Os instrumentos utilizados na triangulação dos dados foram: 1) Questionário fechado de múltipla escolha, subdividido em três etapas: identificação, informações sobre sexualidade e gênero, e informações sobre educação e gênero; 2) Oficinas, por se tratar de um processo de construções conversacionais dialógicas, e que compreende o grupo enquanto lugar discursivo de negociação (RASERA e JAPUR, 2007) e; 3) Entrevistas semiestruturadas, com os/as estudantes que haviam participado das oficinas que eram maiores de dezoito anos e aceitaram ceder a entrevista, nesse caso, todos do terceiro ano. As entrevistas semiestruturadas consistiram em uma conversação com o propósito de obter informações para uma investigação, sempre envolvendo duas ou mais pessoas (GRESSLER, 2003).

3.1 Lócus da pesquisa: o espaço escolar

O Colégio escolhido como *lócus* da pesquisa foi está localizada no Território de Identidade Norte do Itapicuru na Bahia, município de Senhor do Bonfim – Bahia, conhecida por ser uma escola que tem um modelo referencial na proposta pedagógica. O Colégio oferece educação de ensino médio, nos turnos matutino e vespertino, num total de 810 estudantes matriculados, sendo 496 do turno matutino e 314 do turno vespertino. O primeiro ano do ensino médio está dividido em cinco turmas, o segundo ano em cinco turmas e o

terceiro ano em quatro turmas, tendo um total de quatorze turmas.

3.2 A trajetória: aplicação dos questionários, oficinas e entrevistas

A pesquisa se deu com estudantes do turno matutino, sendo que só doze turmas responderam os questionários, ficando uma turma do primeiro ano e uma do segundo ano sem receber, por não estarem na escola no dia da entrega dos questionários.

Foram distribuídos duzentos (200) questionários, deixando livre para quem desejasse responder. Foram devolvidos cento e quarenta e dois questionários (142), sendo que desses vinte e dois (22) não estavam preenchidos totalmente, restando cento e vinte (120) questionários para serem tabulados e posteriormente analisados.

Optou-se por classificar os estudantes que participaram das entrevistas semiestruturadas com a letra E, seguido de um numeral, sequencialmente.

4. O GÊNERO QUE ADENTRA A ESCOLA

Dos instrumentos de coleta de dados, é importante ressaltar alguns dados quantitativos, considerando que o questionário de múltipla escolha foi o primeiro método utilizado. Os dados aqui elencados dizem respeito à primeira parte do questionário, que buscou traçar um perfil dos sujeitos da pesquisa.

Dos 120 questionários devolvidos 58% são do sexo feminino e 42% do sexo masculino, sinalizando que a pesquisa tem um contingente maior de mulheres. Quando perguntados sobre a orientação sexual 86% se declararam heterossexuais e 14% LGBTT – gays/lésbicas/trans/bi/pansexual. Se compararmos o dado referente ao sexo dos/as estudantes envolvidos/as na pesquisa com o contingente de estudantes matriculados/as no Colégio perceberemos que as mulheres também correspondem à maioria, chegando 61%. Louro (2006) aponta que esse fenômeno tem sido recorrente no Brasil. Salienta Louro (p. 56) que “as mulheres deixaram de ser minoria dentro das escolas e universidades brasileiras desde a década de 1980”.

4.1 Conversando sobre equidade de gênero e diversidade

Mesmo estando em evidência nos distintos espaços: mídias abertas e fechadas, jornais, revistas, livros, academias e escolas, dentre outros, as questões de gênero ainda são vistas muitas vezes apenas na perspectiva binária, ou seja, homem/mulher. Os dados e falas aqui

apresentados são dos questionários e das oficinas, utilizando EM para estudante masculino e EF para estudante feminina, sequenciando de acordo com a ordem das falas.

Das/os estudantes envolvidos/as na pesquisa, 60% responderam que gênero é um assunto que diz respeito às questões relacionadas à temática homem/mulher. Esse binarismo também foi constatado durante as oficinas e nas entrevistas semiestruturadas. Sobre isso E1F responde que: “Gênero é masculino e feminino”.

É importante ressaltar que mesmo na perspectiva binária foi notório que os/as estudantes estão formulando suas ideias acerca do assunto. Contudo, também ficou evidenciado que os/as mesmos/as já conseguem pensar gênero e orientação sexual de maneira distinta. Sobre isso E2M pontua que: “Eu tenho procurado entender a diferença de sexo para gênero, sei que não é a mesma coisa [...] como também sei que orientação sexual é outra coisa”.

Todos/as afirmaram ter contato com pessoas de orientação sexual não normativa e 85% disseram ter amigas/os gays/lésbicas, convivendo com os/as mesmos/as. Ao abordar essa temática numa das oficinas E2F se posicionou reivindicando respeito. “Nós merecemos respeito! Não é só porque somos bi que não merecemos ser respeitadas”. Declarou, sendo aplaudidas.

Ao se referir ao público LGBTTT a E3F afirma que: “Aqui mesmo na escola tem muitas pessoas”. Tais afirmações sinalizam que as questões inerentes às relações de gênero, sexualidade, orientação sexual, dentre outras relacionadas ao assunto fazem parte do cotidiano da escola, só não vê quem não quer. Conforme afirma Louro (2014, p. 93) “a escola é atravessada pelos gêneros”.

No entanto, quando o assunto é gênero, sexualidade, sexo, orientação sexual, a escola só apareceu em quarto lugar. A família, incluindo pai/mãe, irmãos/irmãs e parentes próximos, com 40% liderou o *ranking*; amigos/as ou grupos de convivência aparece em segundo lugar com 20%; internet, livros, filmes, revistas, jornais e similares atingiu 15% e; à escola coube 13%. Sendo que 2% responderam outros meios, como igreja, associação, sindicato, movimento estudantil.

Presentes nos variados contextos sociais cada vez mais difundidos pelos meios de comunicação, gênero, sexo, diversidade, orientação sexual tornaram-se assuntos eminentes nas escolas. Tácitas ou implícitas, ainda que não se possa dizer que as relações de gênero tenham se impregnado oficialmente no cotidiano e no currículo da escola, cada vez mais se fazem presentes na vida dos sujeitos que lá convivem.

4.2 Por um currículo que respeite as diferenças de gênero, sexualidade e diversidade

As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vivenciadas a partir da singularidade de cada um/a, apontando para a equidade entre os sexos, uma vez que os processos de produção das diferenças sexuais e de gênero também permeiam as práticas pedagógicas, estando presente nos livros e nos diferentes componentes curriculares. As seguintes falas foram coletadas nas entrevistas semiestruturadas, utilizando EM para estudante masculino e EF para estudante feminina, sequenciando de acordo com a ordem das falas.

Para os/as estudantes essas temáticas como orientação sexual, sexualidade, afetividade, diversidade, relações de gênero devem ser abordadas durante as aulas. Para E3F comenta: “Esses assuntos devem sim ser trabalhado na escola. Assim, diminuimos o preconceito e aprendemos a respeitar o outro”. Já o E4M: salientou que “[...] é um tema muito importante a ser trabalhado na escola. Porque é um tema muito atual e que as pessoas têm muitas dúvidas”. Nas falas é notório desejo dos/as estudantes em aprender sobre a temática.

Durante a realização das oficinas uma das atividades realizada tinha por objetivo perceber de que maneira esses assuntos eram abordados na escola. Sendo evidenciado que a escola não trabalha as questões de gênero na perspectiva curricular, conforme sinaliza E1M: “[...] esses assuntos a escola nem discute com a gente”. Sendo reforçado por E5F “Conversar sério como a gente tá fazendo aqui? Faz nem medo”. Louro (2014) argumenta que ao fazer isso a escola está deixando escapar uma oportunidade impar de refletir sobre temas atuais e de interesse dos/as estudantes, ao tempo em que perdem a oportunidade de repensar o currículo que está posto na escola.

A partir dos dados coletados, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas e nas oficinas foi possível perceber que o conceito de gênero trabalhado na escola, ainda é o conceito meramente biológico dos sexos, no componente curricular biologia, não havendo esclarecimento sobre o que de fato ocorrerá ou deve ocorrer, tendo em vista que a temática está prevista na constituição e deve ser trabalhada como tema transversal.

Dessa maneira, entendemos que a escola necessita de um conjunto de orientações didático-pedagógicas e de uma tomada de decisão sobre quais pressupostos políticos, ideológicos, filosóficos, irá priorizar para encaminhar a sua prática educativa, uma vez que através dela muitos preconceitos, discriminações podem ser transmitidos.

A prática educativa não se restringe apenas ao saber sistematizado fruto de uma

cultura dominante, mas, incorpora também a cultura dos/as alunos/as, os/as quais envolvem toda uma teia de relações sociais, onde estes saberes são construídos.

Para que o currículo possa por meio do desenvolvimento de suas práticas pedagógicas favorecer à construção de um projeto social de educação voltado à construção de uma cidadania pautada na equidade na diferença, faz-se necessário lutar pelos ideais de uma sociedade, cada vez mais justa e igualitária, através de ações que priorizem o respeito à diversidade como possibilidade de superação da discriminação, da opressão e da exclusão, que se submete um gênero ao outro.

À GUIA DA CONCLUSÃO: SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO *QUEER*

Com o intuito de traçar caminhos pedagógicos que favoreçam a equidade de gênero e o respeito à diversidade, nos espaços escolares, foi possível perceber a importância de desenvolver temas como sexualidade, gênero e diversidade de forma efetiva com os estudantes. Considerando sua importância e, contribuição para a superação de atitudes discriminatória, principalmente no espaço escolar, a busca constante por estratégias para combater a discriminação e o preconceito deve reger a nossa prática docente diariamente.

A partir da pesquisa percebemos que não é através da escola que os sujeitos têm seu primeiro contato com os assuntos de gênero, sexo, orientação sexual, afetividade. Deixando claro que a chamada “ideologia de gênero” apresenta equívocos, com a intenção de extinguir tais temáticas do espaço escolar. Contudo, entendemos que levar as questões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade para dentro de sala de aula exige conhecimento teórico e, ao mesmo, a compreensão de como desenvolver esses temas articulando a interdisciplinaridade com as demais disciplinas que compõem o currículo.

Salienta-se então, a necessidade da escola repensar a forma de produzir, veicular, pensar, dizer, agir e viver a realidade diversa e complexa que envolve os sujeitos da educação. Repensando também sua maneira de contribuir como profissional da educação na construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis das relações humanas.

Vê-se ainda a importância dos/as educadores/as buscarem conhecimento científico sobre a referida demanda, pois se sabe que o processo de ensino-aprendizagem é muito complexo e requer um preparo prévio do/a profissional da educação, e acima de tudo não deixar de reconhecer o seu papel enquanto profissional que leva a uma sociedade a sua contribuição. Discutindo assim sua função social no tratamento pedagógico de questões de

gênero e diversidade sexual.

Sendo a escola um importante espaço de construção e reconstrução de relações sociais, acaba por contribuir, muitas vezes, para reforçar os comportamentos dominantes, machistas, patriarcais e heteronormativos. Dessa maneira, compreende-se que enquanto não for abordado na construção social e histórica do homem, o debate de gênero e diversidade sexual na educação, fica enfraquecida a formação de educandos, reforçando comportamentos discriminatórios.

Faz-se necessário e urgente compreender os desafios atuais, a partir da lógica que as políticas educacionais estão adotando, bem como as determinações que são postas pelas condições da formação e do trabalho, mas também buscar formas criativas de superação desses entraves para estimular o combate ao preconceito na escola.

Não é nossa intenção esgotar conteúdo aqui abordado com esse estudo, ao contrário, pretendemos fomentar o debate. Contudo, à guisa da conclusão, retomaremos as indagações que suscitaram esse estudo: de que maneira a discussão acerca da temática sexualidade, gênero, orientação sexual adentra a escola? Quais são as subjetivações de gênero presentes no espaço escolar? Só não ver quem não quer!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas – SP: Papirus, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v. I. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: 1996. Acessado em 02/10/2017. http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas Redes do Conceito de Gênero**. In: LOPES, M.J.M. MEYER, D.E. WALDOW, V.R. (orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, M. **Grupo como construção social**. São Paulo: Vetor, 2007.

RIOS, Pedro Paulo de Souza. **Da terra seca brota uma flor: relações de gênero educação no contexto semiárido**. Curitiba: CRV, 2016.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N.S; **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 1987.